

RESUMO

A privacidade é um direito intimamente relacionado à dignidade humana que, embora esteja enunciado e protegido por leis e tratados, é pouco valorizado socialmente. O estudo proposto tem como objetivo compreender porque o direito à privacidade é desprezado pela sociedade atual, e como esse desprezo interfere na percepção de direitos humanos e na eficácia do sistema jurídico que pretende protegê-lo. Para tanto, é necessário entender a estrutura de vigilância e controle, através do poder disciplinar e da biopolítica, que marcou a formação do Estado Moderno, embora não tenha sido reconhecida explicitamente por ele. Algumas dessas estruturas, como o sistema panóptico, o uso de tecnologia para identificação populacional e os campos de concentração, embora sejam antigas, mostram-se extremamente atuais, sendo utilizadas pelo Estado para vigiar seus cidadãos. O Estado se mostra, então, com duas faces: enquanto enuncia o direito à privacidade, diminui os direitos de seus cidadãos, transformando as cidades em amplos campos de concentração. Desta forma, o Estado cria mecanismos sutis, usando recursos tecnológicos e meios de comunicação, para que as pessoas não consigam perceber que os direitos declarados não são efetivados, e que vivem vigiadas e presas em uma democracia com traços totalitários. A ruptura desse processo de totalitarismo social não está em uma solução jurídica, pois sua origem é disciplinar, mas em um movimento de esclarecimento social que possibilite a alteração da estrutura desse poder estatal. Apenas assim pode-se retomar o respeito à dignidade humana e o reconhecimento social do direito à privacidade.

ABSTRACT

Privacy is an intimately related right to human dignity which, although it is statement and protected for laws and treaties, it is devaluated socially. This study has the main purpose to understand because the right to the privacy is rejected for the current society, and as this disdain interferes in the perception of human rights and the effectiveness of the legal system that it intends to protect it. It is necessary to understand the structure of monitoring and control, through the to discipline and biopolicy, that it marked the formation of the Modern State, although it does not have explicitly recognized it. Some of these structures, like the panoptic system, the use of technology for identification of the population and the concentration camp, although they are antique, they reveal extremely usual, being used by the State to watch their citizens. The State has, then, two faces: while it enunciates the right to privacy, it decreases their citizens' rights, transforming the cities in a big concentration camp. Thus, State creates subtle mechanisms, using technological resources and medias, so that the people do not perceive that the declared rights are not realized, living watched and imprisoned in a democracy with totalitarian traces. The rupture of this process of social totalitarianism is not in a legal solution, because your origin is to discipline, but in a movement of social elucidation that to enable the alteration of the structure of this State's power. It just thus can retake the respect to the human dignity and the social recognition of the right to privacy.